



Polis, Revista de la Universidad
Bolivariana
ISSN: 0717-6554
antonio.elizalde@gmail.com
Universidad de Los Lagos
Chile

Gohn, Maria da Glória
Desafios para a Pesquisa em Ciências Sociais na América Latina na Temática da
Participação Social
Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 14, núm. 41, 2015, pp. 175-188
Universidad de Los Lagos
Santiago, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30541588012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Desafios para a Pesquisa em Ciências Sociais na América Latina na Temática da Participação Social

Maria da Glória Gohn¹

Profa Titular Faculdade de Educação UNICAMP/Brasil. Pesquisadora 1A CNPq.
Email: mgohn@uol.com.br

Resumo: O artigo objetiva contribuir para um balanço sobre os rumos possíveis às pesquisas e à produção de conhecimento nas ciências sociais na América Latina. Focaliza-se uma temática no campo da pesquisa- a da participação social dos indivíduos em ações de grupos, coletivos sociais organizados, e movimentos sociais. Quais são as principais linhas de investigação que têm sido desenhadas a respeito destes temas por pesquisadores latino-americanos? Que metodologias têm sido utilizadas? Quais os suportes teórico-metodológicos que configuram as abordagens sobre os movimentos sociais? Que desafios os pesquisadores têm enfrentado? Que desafios se apresentam para o futuro?

Palavras-chave: Participação social, Pesquisa Ações Coletivas, Movimento social, Abordagens teóricas.

Challenges for Social Sciences research on Latin America in Social Participation thematics

Abstract: The article aims to contribute to an assessment on the possible directions for research and the production of knowledge in the social sciences in Latin America. Focuses on one subject in the field of research-the social participation of individuals in groups, organized social collectives, and social movements. What main lines of research have been designed regarding these issues by Latin American researchers? What methodologies have been used? What are the theoretical-methodological brackets that configure the approaches on social movements? What challenges researchers have faced? What challenges are foreseen for the future?

Keywords: Social Participation, Collective Actions Research, Social movement, theoretical approaches.

Retos para la Investigación en Ciencias Sociales en América Latina en la temática de la Participación Social

Resumen: Este artículo pretende contribuir a una evaluación de los posibles caminos a la investigación y producción de conocimiento en las ciencias sociales en América Latina. Se centra en una temática en el ámbito de la investigación-lade la participación social de los individuos en las acciones de grupos, colectivos sociales organizados y los movimientos sociales. ¿Cuáles son las principales líneas de investigación que han sido diseñadas con respecto a estas cuestiones por parte de de investigadores de América Latina? ¿Qué métodos se han utilizado? ¿Cuáles son los

soportes teóricos y metodológicos que dan forma a los enfoques sobre los movimientos sociales? ¿Qué desafíos han enfrentado los investigadores? ¿Qué retos se presentan para el futuro?

Palabras clave: Participación social, Investigación, Acciones Colec-tivas, Movimiento Social, Enfoques teóricos.

Apresentação

De tempos em tempos os cientistas sociais já se habitaram a fazer balanços e desenhar cenários futuros para as Ciências Sociais. Usualmente isso ocorre em momentos de crise social, econômica, política, ou crise dos paradigmas de produção do conhecimento, ou ainda quando da proximidade de grandes eventos como a virada de um século. Na década de 1990, por exemplo, a Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, criou uma comissão de estudo, presidida por Immanuel Wallerstein, para realizar um grande dossiê para a reestruturação das Ciências Sociais. O relatório final desta comissão denominou-se “Para Abrir as Ciências Sociais”, publicado em 1996. O documento estruturou-se em três grandes eixos: a construção histórica das ciências sociais, do século XVIII até 1945; um inventário sobre os grandes debates no interior das ciências sociais, de 1945 até os anos de 1990; e no terceiro eixo formulou uma questão: Que tipo de ciências sociais nos cabe, hoje, construir? Estes eixos pautaram grandes temas como o universalismo versus o particularismo, o multiculturalismo e a crescente multidisciplinariedade, as linhas de clivagens entre as disciplinas que compõem as ciências sociais em diferentes décadas históricas, o alargamento de temas e crescimento dos estudos culturais, o questionamento de um tipo de racionalidade única, etc. O relatório concluiu-se com uma série de sugestões para a reestruturação das ciências sociais onde se destaca a necessidade dos cientistas sociais continuarem a busca da inteligibilidade do mundo, de se trabalhar com sistemas de ideias que ajudem a compreender a complexidade do mundo atual.

A releitura dorelatório da Comissão Gulbenkian, quase vinte anos depois, nos dá a real importância de sua dimensão e atualidade. Apesar de citar minimamente a América Latina, ele colocou a crítica ao ‘eurocentrismo’, abordagem que os autores do dossiê tentam desconstruir. Desde sua publicação, o debate teórico nas ciências sociais tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias e ao desenvolvimento das comunicações, e às inovações que tem levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática. Isso tudo gerou a rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade, e a crítica à produção científica do último século, fundada na racionalidade da razão e na crença do progresso e crescimento econômico a partir do consumo (Souza Santos, 1991; Touraine, 1994;

Mignolo, 2002 etc.). A crítica e a discussão teórica posta no relatório, sobre outras rationalidades existentes, têm pautado o debate da “crise da modernidade”, trazendo à tona outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes tais como as que advém do mundo das artes, do “mundo feminino” das mulheres, do corpo das pessoas, o espiritual das religiões e seitas; o saber popular contido nas tradições, folclore e ritos, a cultura popular, as aprendizagens cotidianas via a educação não-formal, as experiências na participação em lutas e movimentos sociais, atividades culturais etc. Tudo isso pode ser resumido a grande questão: a crise dos paradigmas do conhecimento e a busca de novos caminhos para produzir este conhecimento desde que ele é uma ferramenta fundamental para orientar a existência e conduzir a humanidade na História. Para que se leve adiante a História, qualquer espécie de vida humana necessita de conhecimento. Atualmente grande parte da comunidade acadêmica reconhece que há vários tipos e campos do conhecimento além do científico. Todos eles produzem saberes e o saber é sempre resultado de uma construção histórica, realizada por sujeitos coletivos.

Certamente que a discussão sobre os paradigmas do conhecimento não se circunscreve ao campo acadêmico. Ela associa-se diretamente ao tema do poder e articula-se a um outro debate: o da colonialidade do saber, que discute entre outras coisas, as relações de dominação entre o Norte e o Sul no mundo. O tema remete também a discussão sobre a produção/reprodução das relações sociais entre os indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, sobre as formas como vivem, interagem, reproduzem-se; como atribuem sentidos às suas experiências, produzem sua cultura, fundamentam seus projetos de vida e de sociedade. A discussão está também imbricada no campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre sociedade civil e a sociedade política. Ou seja, afeta o entendimento que se tem sobre **a democracia**, tanto no debate sobre suas diferentes interpretações teóricas, como os modelos operacionais que são desenhados e executados na prática cotidiana - nas organizações e movimentos da sociedade civil, e nas políticas públicas.

Para discutirmos o futuro das ciências sociais, num cenário tão amplo de temas, problemas e desafios, neste artigo faremos algumas escolhas e recortes. O primeiro é circunscrevermos a América Latina. O segundo é destacarmos a pesquisa e a produção de conhecimento no universo de enfoques possíveis nas ciências sociais. O terceiro será focalizar uma temática no campo da pesquisa- a da participação social de indivíduos, grupos e coletivos sociais em movimentos sociais, área de estudo a qual tenho me dedicado há quase quatro décadas. Quais são as principais linhas de investigação que têm sido desenhadas a respeito deste tema por pesquisadores latino-americanos? Que metodologias tem sido utilizadas? Que desafios os pesquisadores tem enfrentado? Buscar-se-á também citar alguns exemplos de centros de pesquisa que tem se dedicado a estes temas.

A Pesquisa sobre os Movimentos Sociais: Antecedentes.

Observa-se que a partir dos anos de 1960, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise. Isso ocorreu porque, em parte, os movimentos ganharam visibilidade na própria sociedade, enquanto fenômenos históricos concretos. De outra parte houve o desenvolvimento de teorias sobre o social, e as teorias sobre as ações coletivas ganharam novos patamares, em universos mais amplos, construindo novas teorias sobre a sociedade civil, e um campo específico sobre os movimentos sociais, tratados neste artigo como Sociologia dos Movimentos Sociais.

Olhando para América Latina nos anos de 1960, observa-se que tivemos além do movimento dos estudantes, vários outros movimentos que se explicam como heranças de nosso passado colonial, escravocrata e opressor dos povos indígenas. No meio rural teve-se, por exemplo, as Ligas Campesinas no Brasil, e muitas greves operárias nas cidades. Enquanto no mundo urbano o repertório era moderno e se expressava por meio de marchas, demonstrações e greves, no mundo agrário, na maioria dos países da América Latina, os protestos foram focalizados, com uso de violência, de duração limitada, com ações diretas contra os oponentes. Vários autores latino-americanos buscaram entender aquelas manifestações segundo teorias da modernização, contrapondo o rural ao urbano nos moldes dos processos históricos ocorridos na Europa, numa visão etapista e linear, ou utilizando-se de teorias da marginalidade social, algumas em versões criadas ou desenvolvidas nos Estados Unidos.

Registre-se, entretanto que, na América Latina ocorreram vários esforços, nas décadas de 1960 e 1970, para entender as especificidades das lutas e movimentos latino-americanos, a exemplo dos trabalhos de Rodolfo Stavenhain, Lúcio Kowarick, Aníbal Quijano, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e outros latino-americanos ligados à teoria da dependência. Todos eles, em diferentes contextos nacionais, buscaram reconstruir perspectivas para o universo latino-americano. Entretanto a produção mais notável neste período, no sentido de captar diferenças entre olhares adveio de autores que refletiram sobre as relações de opressão contribuindo para as bases de um pensamento do Sul, ainda que eles estivessem vividos experiências no Norte, a exemplo de Frantz Fanon (1968), autor que eu considero como criador de uma Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire parece ter-se inspirado nele).

Resulta que, da década de 1960 à atualidade, Fanon, Paulo Freire, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, E. Dussel e outros desenvolveram a abordagem que se consolidou como campo da teoria da colonialidade criando o paradigma da colonialidade (oupos-colonialidade ou decolonialidade). Trata-se de uma visão onde o relato da história colonial e das formas de exploração ocorridas na América Latina se faz a partir da versão do colonizado, ou dos “condenados da terra” – expressão de Frantz Fanon.

O enfoque pós-colonial não foi construído para explicar especificamente mobilizações sociais, mas ele tem sido uma das vertentes que tem revitalizado o debate teórico sobre os movimentos sociais porque foca pontos centrais nas lutas e movimentos sociais da América Latina: a apropriação do saber dos povos nativos, a expropriação de suas terras e cultura, e os processos de dominação que as metrópoles impuseram aos colonizados. Os oprimidos desenvolveram culturas de resistência – ora se calam, ora se insurgem, porque a situação se perpetua, com mudanças históricas no cenário político e econômico. A teoria pós - colonial, teve sua elaboração inicial na Europa em relação ao tema da colonização, especialmente na África e as formas coloniais ainda lá existentes (ver Spivak, 2008), tem sido o eixo central de pesquisas e várias frentes de produção intelectual que conferem especificidade à América Latina, especialmente na temática da luta dos povos indígenas (ver Quijano in Lander, 2005). Acolonialidade é a face oculta da modernidade eurocêntrica, que impôs sentimentos de inferioridade. Ser “moderno” foi inculcado como o sentido o indivíduo “civilizado”, e os nativos da colônia seriam “bárbaros” e “atrasados”. Com isto, para os teóricos desta corrente o problema central da América Latina seria a descolonização do saber e do ser (enquanto repositório de práticas e valores que mantém e reproduzem subjetividades e conhecimentos), saberes estes que “são mantidos por um tipo de economia que alimenta as instituições, os argumentos e os consumidores (Mignolo, 2009:254)”. Na mesma linha de argumentos Sirvent (2008) afirma que um dos grandes problemas sociais contemporâneos é: o fenômeno da naturalização da injustiça, a exploração e a pobreza nas mentes da população, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico. Com isto, o poder dominante foi se transformando em nosso sentido comum. Sirvent preconiza a necessidade de se construir poder por meio do conhecimento e isto implica em ‘construir categorias para pensar a realidade que possam gerar ações de mobilização coletiva em confrontação com os significados que desmobilizam e paralisam (Sirvent, 2008:22)’. E construir categorias é tarefa e desafio aos cientistas sociais.

A Produção Acadêmica Sobre os Movimentos Sociais

Na América Latina, nas últimas duas décadas do século XX, a produção acadêmica sobre os movimentos sociais caracterizou-se por três pontos: primeiro - uma grande vitalidade de estudos de natureza mais empírico-descritiva, centrados nas falas dos agentes. A pesquisa participante e os estudos de caso foram a opção metodológica predominante. Embora pouco analíticos eles contribuíram, no campo das Ciências Sociais, para seu dinamismo e renovação, dando subsídios empíricos para uma Sociologia dos Movimentos Sociais. Segundo - a localização da maioria destes estudos em programas de Pós Graduação nos países em que este sistema estava desenvolvido (Brasil, Chile, Argentina e México), e uma divisão dos estudos nas suas áreas acadêmicas. Assim, antropólogos estudaram os movimentos indígenas; a política, a sociologia urbana e o planejamento urbano pesquisaram sobre os movimentos sociais populares; o direito e a arquitetura

acompanharam as questões ligadas à terra e à moradia etc. Neste sentido a multidisciplinariedade prevista como necessária no Relatório da Comissão Gulbenkian continuou em aberto. Terceiro - a utilização teórica de paradigmas referenciais de análise construídos em realidades diversas de onde os movimentos ocorriam de fato. Assim, abordagens europeias, em suas várias vertentes para a análise dos dados da realidade, foram bastante utilizado, no Brasil e na Argentina por exemplo. Disto resultou a utilização acrítica de teorias elaboradas no exterior para a análise dos movimentos sociais, muitas vezes incorporando categorias que se opõem no debate teórico. Resulta neste cenário um desafio e uma tarefa para o futuro das ciências sociais na América Latina: o que de similar e o que de específico existe nesta literatura?

Na produção das ciências sociais latino-americana sobre os movimentos sociais deve-se destacar o papel da CLACSO e da FLACSO. Na produção brasileira deve-se registrar a importância da ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciências Sociais), como um grande espaço de concentração de estudos e pesquisas, especialmente entre o final dos anos de 1970, e ao longo de toda década de 1980. Destaque deve ser dado destaque também aos GT sobre gênero nesta instituição. Aos poucos a temática das feministas, de diferentes matizes, avançou e incorporou-se também ao cotidiano do GT sobre movimentos sociais. Inúmeros concursos de apoio à pesquisa patrocinados, entre outros, pela Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas/S.Paulo, ajudaram na difusão da temática.

Ao longo dos anos de 1990, o estado, as políticas públicas, os conselhos, a esfera pública, as ONGs, a economia solidária etc. ganharam espaço como objeto de investigação. Um sujeito ganha destaque central nos movimentos sociais: os sem – terra. Ao final dos anos 90, o movimento antiglobalização entra na pauta. A década de 2010 muda o foco dos sujeitos relevantes nas ações coletivas, como veremos abaixo. Os ‘indignados’ ganham destaque e com eles os jovens e o uso das novas tecnologias.

Na primeira década do século XXI, criaram-se novos núcleos de pesquisas sobre os movimentos sociais nas universidades brasileiras os quais vieram a somar com os já existentes. A política da CAPES e do CNPq (órgãos federal de promoção e desenvolvimento das pesquisas no país no nível do ensino superior) fortaleceram e impulsionaram a criação de grupos de pesquisa. As temáticas relacionadas com formas da sociedade civil organizada, em cooperativas, oficinas e programas sociais, com apoio de políticas públicas, ganham destaque. Mulheres, afrodescendentes e grupos de povos indígenas passam a ser foco de pesquisas, editais, grupos de trabalho, políticas públicas etc. O tom predominante nas abordagens passa a ser a questão da diversidade, da identidade cultural, do respeito às diferenças etc. Na questão popular, sem terrae sem teto continuam em pauta. Congressos nacionais específicos destes movimentos, cursos e métodos de alfabetização, projetos de ocupação da terra, etc. entram na agenda dos debates e pesquisas.

Entretanto, na primeira década deste novo século, no Brasil, o tema dos movimentos sociais deixa de ser objeto de pesquisa apenas da academia. ONGs e outras entidades do terceiro setor, assim como entidades do poder público administrativo, iniciam pesquisas empíricas sobre alguns movimentos sociais a fim de obterem dados para seus planos e projetos de intervenção na realidade social. Este conjunto de entidades também patrocinam cursos, seminários e encontros de movimentos sociais com estudiosos e pesquisadores. Vários desses estudos tem natureza estratégica instrumental — visam, prioritariamente, informar as ações de intervenção junto a grupos organizados (ver Toro 2007), mas se constituem numa grande fonte de dados para a pesquisa.

A Pesquisa sobre os Movimentos Sociais a partir de 2010

Na virada da primeira década do novo século, um novo sujeito político ganha destaque: os indignados. No Brasil, sua presença se faz com força em Junho de 2013, com manifestações em todo o Brasil, em movimentos de protestos contra políticas sociais vigentes nas áreas dos transportes, educação, saúde etc.; contra também a prioridade dada aos gastos com a Copa do Mundo, entre outros motivos. Com os indignados, novíssimos atores entram em cena, especialmente jovens participantes de coletivos organizados online, assim como ativistas de causas transnacionais que até então não tinham quase visibilidade, como o Black Blocs (Depuis-Déri, 2014). Novas orientações no campo teórico são incorporadas. Novos sujeitos entram no campo da pesquisa- grandes institutos de pesquisa de opinião pública, a exemplo do IBOPE, DATAFOLHA etc. Em vários casos, pesquisas de âmbito nacional são contratadas por órgãos governamentais, para subsidiar ações governamentais. Políticas públicas são propostas a exemplo do decreto nº 8243 de 26/05/2014 sobre a Política Nacional de Participação Popular (PNPS), que busca estabelecer diretrizes para mecanismos de participação social na administração pública federal.

Os novíssimos sujeitos que entram em cena nas ruas e avenidas, no caso brasileiro, representam uma nova onda de movimentos sociais, diferente dos novos movimentos identitários organizados desde a década de 1980. Novos aportes teóricos são desenvolvidos ou reelaborados na América Latina; novas ênfases ocorrem nas teorias já existentes. Teorias que tinham hegemonia na América do Norte difundiram-se na realidade latino-americana e passaram a ser eixos referenciais importantes, a exemplo da Teoria da Mobilização Política com destaque para as oportunidades políticas e os litígios políticos de Tilly e Tarrow (2007) e outros. O marxismo ressurge renovado (Linera, 2009; Harvey, 2011; Zizek, 2012; Quijano, 2005), ao lado de outros aportes teóricos como o socialismo libertário (De Cintio, 2010); e o novo humanismo holístico (Hessel, 2011; DusseL, 2002; Spivak, 2008; Walsh, 2005). A questão da autonomia ressurge com vigor em práticas coletivas, a exemplo dos Black blocs (Depuis-Déri, 2014) mais ela é também uma bandeira histórica do movimento dos povos indígenas- o mais amplo e intenso em termos de América Latina. As redes sociais ganham vigor nas

pesquisas que Castells desenvolve desde o final dos anos de 1990 (Castells 1999 e 2013). Ocorre, pois uma repolitização dos movimentos sociais pós 2008 sob novos paradigmas inspiradores das ações coletivas, muitos deles construídos a partir de ideias e utopias já bem antigas, como o socialismo libertário, o anarquismo, os autonomistas e outros, porém totalmente renovados sob a égide da sociedade contemporânea com seus problemas, desafios e recursos comunicacionais e tecnológicos.

Nas manifestações de estudantes no Chile, em 2011, e nas manifestações de rua em Junho de 2013 no Brasil, as teorias libertárias tiveram grande vigor. Elas têm recriado as utopias, movem os estudantes e incendeiam as paixões dos jovens, nas respectivas gerações. Contestam o status quo, propõem um novo modelo de sociedade, destacam os indivíduos e suas ações.

O pensamento autonomista bebe também no humanismo, que cresceu e espalhou-se entre os ativistas da cibercultura. Stéphane Hessel (2012), que esteve em campos de concentração de judeus e participou da Resistência Francesa, escreveu com 93 anos um livreto “*Indignai-vós!*”. O livro em poucos meses vendeu 1.500.000 exemplares e foi publicado em várias línguas. Ele “fez a cabeça” da maioria dos jovens que estão se indignando pelo mundo na década de 2010. A indignação é vista como um valor humano, essencial para a justiça social. Não se preconiza a violência ou atos terroristas, ao contrário –eles são condenados. O modelo está mais para Ghandi.

As utopias, que desde a queda do Muro de Berlim, há mais de 20 anos, eram criticadas e tidas como mortas, porque foram identificadas erroneamente como totalitarismo, ressurgem nesta nova década, lastreadas em referenciais libertários, para projetar o futuro, no qual não se sabe bem o que quer, mas sabe-se muito bem o que não se quer. Saliba (2004) chama este processo de distopia. Os manifestantes de Junho de 2013 no Brasil defendem formas horizontais e não centralizadoras de organização, negam a presença de partidos nas manifestações, mas não são anti-partidários. Ao contrário, desde a década de 2010 estão gritando: outro mundo é possível. Qual mundo? Qual utopia? Talvez devêssemos seguir Riot-Sarcey que no *Dicionário das utopias* (2009) afirma ser melhor pensarmos na ausência de uma definição unívoca sobre o tema, mas reencontrar o sentido de uma construção imaginária. Ou seja, retomar Thomas Morusque em 1516 a caracterizou como um discurso sobre o não existente, um lugar que não existe ainda, um não lugar, mas um lugar onde se está bem. Ou retomar Munford (2007) que em 1922 analisou as utopias históricas e as distinguiu entre utopias de escape e de reconstrução.

O inventário esboçado por Bevington e Dixon sobre a discussão teoricamente relevante disponível em websites de ativistas e em publicações vocacionadas para a reflexão sobre os movimentos, conclui que, os ativistas: “para além de se centrarem em questões relativas à estratégia, à táctica e à construção dos movimentos, estas discussões revelam uma grande

preo-cupaçao com o modo de assegurar a sua permanente democratização. [...]. Diante desse quadro, de imediato se reconhece que os ativistas de hoje continuam a debater-se com questões que são centrais para a teoria social dos académicos há pelo menos um século". (Bevington e Dixonapud Flacks, 2005:59).

Conclusões

Na América Latina as posturas metodológicas de análise dos movimentos sociais foram híbridas, geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado inicialmente por teorias criadas em outros contextos, diferentes de suas realidades nacionais, como a teoria europeia dos novos movimentos sociais. A retomada das pesquisas sobre os movimentos sociais neste novo século tem levado a retomada dos marcos teóricos, e a tentativa de construir ou diferenciar as especificidades locais. No passado poucos estudos se dedicaram às questões teóricas envolvidas embora todos eles tenham sido realizados sob um dado prisma no leque das abordagens teórico-metodológicas existentes.

A nova etapa das lutas sociais do século XXI se faz aliando inovações tecnológicas e retorno às teorias do século XIX, totalmente revisadas. De um lado, os neomarxistas, de outro, o socialismo libertário e o humanismo holístico, em certos segmentos dos povos indígenas da realidade latino-americana como a teoria do 'bien vivir'. No plano das análises, não se trata mais de contrapor os novos movimentos sociais- nucleados em torno de questões identitárias, tais como sexo, etnia, raça, faixa etária etc., aos "velhos" movimentos, dos trabalhadores, como ClausOffe (1988), e outros fizeram na década de 1980, por exemplo. Não se trata, portanto, de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas, e nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque, todos eles continuam a co-existir com os novos. Trata-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que tem lhes atribuídos sentidos e significados novos, o que eles têm trazido à luz no campo da investigação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais. Resulta do novo cenário que movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade na nova década do século XXI, como atores que pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de fazer política. Eles também se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteraram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos, parte deles fragmentou-se, perdeu ou redefiniu sua identidade, ideias e pontos de vistas centrais, alterando o projeto e a cultura política existente. Outros se redefiniram segundo as mudanças de outros atores sociais em cena. Outros ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo- aprender via observação - nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede Internet). O perfil dos

participantes alterou-se de militante para um ativista. As Marchas ou Manifestações nas ruas tornaram-se modelos básicos de protesto. As redes sociais substituíram os ‘muros de Paris’, como divulgadora das demandas, palavras de ordem e articuladora das ações em si, lembrando e comparando com 1968. Pesquisar e entender os jovens na atualidade é um dos grandes desafios às Ciências Sociais em geral, e à Sociologia dos Movimentos Sociais em particular. O que querem, quais suas linguagens, que imagens têm do futuro? (porque isso influencia a seu modo de atuação no presente), como querem participar deste processo de construção do futuro? Além disso tudo há que se revisar e recriar novos procedimentos metodológicos para o trabalho de campo, para a coleta de dados que se construem na prática. As ações coletivas são articuladas por cadeias e conexões OnLine, diferentemente das ações planejadas do passado.

Finalizando: Se considerarmos como importante nas Ciências Sociais que tenhamos “teorias” – consideradas como determinado quadro intelectual que nos fornece explicações para a compreensão dos fenômenos analisados assim como fornece pistas para extrair possibilidades e delinear rumos sobre o futuro, nos países do Sul temos, na atualidade, elementos para várias teorias sobre os movimentos sociais, mas nenhuma completamente consolidada nos marcos das especificidades locais. O que dispomos é de um grande acervo de narrativas acerca de uma série de acontecimentos históricos onde os movimentos participaram, de forma que podemos falar de paradigmas do Sul. Um dos grandes desafios é ‘construir categorias teóricas para pensar as especificidades de nossa realidade, categorias que refletem o movimento real desta realidade, que capte seus significados. Este desafio inscreve-se nos marcos de um diagnóstico que diz ser um dos problemas da América Latina a descolonização do saber e do ser (enquanto repositório de práticas e valores que mantém e reproduzem subjetividades e conhecimentos). Saberes estes que são mantidos por um tipo de economia que alimenta as instituições, as representações sobre a vida sociocultural de seu povo, e os argumentos sobre os caminhos a seguir. Muitas categorias que utilizamos foram construídas em círculos acadêmicos que excluem ou minimizam os sujeitos das ações e movimentos de países do Sul, trabalham com noções de que existe uma única episteme ou forma de produzir conhecimento para a compreensão do mundo.

Nota

¹ Maria da Glória Gohn, socióloga, Dra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Pos/Doc na New School of University, New York. Profª Titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. Pesquisadora 1 A do CNPq, Membro do board de coordenação do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Tem 20 livros publicados sobre a temática dos movimentos sociais, entre eles. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo. (Vozes, 2015, 2^a ed); Sociologia dos movimentos sociais (Cortez, 2014, 2^a ed.) “Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo” (Vozes, 2013, 5^a ed.), “Novas Teorias dos Movimentos Sociais” (Loyola, 2014, 5^a ed.), “Teoria dos Movimentos Sociais” (Loyola, 2014, 11a ed.), História dos Movimentos e Lutas Sociais (Loyola, 2013, 8^a ed.),” Movimentos Sociais e Educação” (Cortez, 20012, 8a ed.).

Bibliografia

Ali, Tariq; Alves, Giovanni; Davis, Mike; Harvey, David; Sader, Emir; Safatle, Vladimir; Peschanski, João Alexandre; Žizek, Slavoj; Teles, Edson; e Wallerstein, Immanuel (2012), *Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas*. Boitempo, São Paulo.

Castells, Manuel (1999), *A sociedade em rede- a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.1. Paz e Terra, São Paulo.

Ídem (2013), *Redes de indignação e de esperança*. Zahar, Rio.

Dávalos, Pablo (2005), “Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra”. In: Dávalos, P. (Org.), *Pueblos indígenas, Estado y democracia*, CLACSO, Buenos Aires, p. 17-34.

Depuis-Deri, Francis (2014), *Black Blocs*. Ed Veneta, São Paulo.

Di Cintio, Chloé (2010), *Petit traité de désobéissance civile*. ResPublica Ed., Paris.

Dussel, Enrique (2002), *A ética da libertação na idade da exclusão*, Vozes, Petrópolis.

Fanon, Frantz (1968), *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Flacks, Dick (2005), “A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Outubro 2005: 45-66.

Gohn, Maria da Glória (2015), *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo*. 2^a ed. Vozes, Petrópolis.

Ídem (2014a), *Sociologia dos movimentos sociais*, 2^a ed. Cortez Ed, S.Paulo.

Ídem (2014b), *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, 11^a Ed. Ed. Loyola, São Paulo.

Ídem (2014c), *Novas teorias dos movimentos sociais*, 5^a Ed. Loyola, São Paulo.

Ídem (2013a), *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*, 8a ed. Loyola. São Paulo.

Ídem (2013b), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, 5^a ed. Vozes, Petrópolis.

Ídem (2012), *Movimentos sociais e educação*, 8a ed. Cortez, São Paulo.

- Hessel, Stéphane (2011), *Indignai-vos!* 3^a ed. Ed Objectiva, Lisboa.
- Linera, Álvaro G. (2009), *Sociologia dos movimentos sociais*. Boitempo, São Paulo.
- Mignolo, Walter D. (2003), *Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. UFMG, Belo Horizonte.
- Ídem (2009), “Defensa de la opción decolonial”. In *Crítica y Emancipación*, No 2, CLACSO, Buenos Aires, p.251-276
- Melucci, Alberto (1980), “The New social Movements: A Theoretical Approach”. In *Social Science Information*, n.19, p.199-226
- Mumford, Lewis (2007), *História das Utopias*. Antígona, Lisboa.
- Offe, Claus (1988), *Partidos políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Ed. Sistema. Madrid.
- Quijano, Aníbal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Edgardo Lander (org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, ColecciónSurSur, CLACSO, Buenos Aires.
- Riot-Sarcey, Michèle; Picon, Antoine e Bouchet, Thomas (2009), *Dicionário das utopias*. Edições & Textos, São Paulo.
- Saliba, Elias Thomé (2004), *As utopias românticas*. 3^a ed. Estação Liberdade, São Paulo.
- Santos, B. S. (1991), *Um discurso sobre as ciências*. 5a. edição. Afrontamento, Porto.
- Sirvent, MariaTereza (2008), *Educación de adultos: investigación, participación, desafíos y contradicciones*. 2^a Ed, Minō Dávila, Buenos Aires.
- Spivak, Gayatri C. (2008), “Estudios de la subalternidad”. In Spivak et al., *Estudios postcoloniales-Ensayos fundamentales*. Queimadas Graficas, Madrid.
- Svampa, Maristella (2008), *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. CLACSO/SigloXXI, Buenos Aires.
- Stavenhagen, Rodolfo (1965), *Siete tesis equivocadas sobre América Latina*, B. Aires.
- Ídem (1972), *Sociología y desarrollo*, Editorial Nuestro Tiempo, México.
- Tapia, L. (2009), “Movimientos sociales, movimientos societales y los no

lugares de la política”. In *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, nº 11, CLACSO, Buenos Aires.

Tarrow, Sidney (1994), *Power in Movement*, Cambridge Univ Press.

Tilly, Charles (1978), *From mobilization to revolution*. Addison-Wesley Publ.Comp.Londres.

Toro, Jose Bernardo; Werneck, Nísia (2007), *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Autêntica, Belo Horizonte.

Walsh, C. (2005), “Introducción (re) pensamiento critico y (de) colonialidad”, en Walsh, C. (Org), *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial, Reflexiones latinoamericanas*, Universidad Andina Simón Bolívar. EdicionesAbya-Yala, Quito.

Wallerstein, Immanuel (2008), “Ler Fanon no século XXI”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, Setembro 2008: 3-12.

Ídem (Org), *Para abrir as Ciências Sociais, Relatório da Comissão Gulbenkian*, Pub Europa-Am1996. Lisboa.

Recibido: 27.07.2015

Aceptado: 15.08.2015